



ASCEMA Nacional apoia MPF em nota contra nomeação de superintendente no Ibama do Paraná

A ASCEMA Nacional manifesta seu apoio à Recomendação emitida pelo Ministério Público Federal (MPF), que questiona a nomeação de superintendente sem qualificação e com histórico de penalidades para o cargo no Ibama do Paraná.

O MPF destacou, de forma objetiva, que a indicação do servidor em questão desconsidera critérios técnicos essenciais para a função, além de sua inaptidão diante de processos disciplinares anteriores. A ASCEMA Nacional endossa veementemente a postura do MPF, ressaltando a importância de considerar os princípios da moralidade, impessoalidade, eficiência e, sobretudo, a qualificação técnica no exercício de cargos de tamanha relevância no Ibama.

É fundamental ressaltar que o Ibama, como órgão responsável pela preservação e gestão dos recursos naturais, requer gestores e dirigentes com expertise técnica e comprometimento ético incontestáveis. A indicação de um indivíduo que demonstrou conduta inadequada em sua atuação profissional é incompatível com o padrão exigido para a posição.

Em nota, o MPF reforça que a indicação deste servidor para o cargo de superintendente viola não apenas a legislação vigente, mas também os preceitos éticos e legais necessários para a gestão ambiental eficiente e íntegra.

A ASCEMA Nacional apoia integralmente a recomendação do MPF e acompanhará de perto as respostas e providências tomadas pelas instâncias competentes diante deste cenário, podendo também atuar juridicamente contra a nomeação, se necessário. A gestão ambiental do país depende da preservação desses princípios e da escolha criteriosa de profissionais competentes e comprometidos com a causa ambiental.

Brasília, 01/11/2023

ASCEMA Nacional